

**UNIVERSIDADE DE RIO VERDE (UniRV)
FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

NAYARA FERREIRA HONORATO

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA: UM
ESTUDO DOS MUNICÍPIOS DO SUDOESTE GOIANO**

RIO VERDE, GO

2017

NAYARA FERREIRA HONORATO

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA: UM ESTUDO DOS
MUNICÍPIOS DO SUDOESTE GOIANO**

Trabalho de Conclusão de Curso II apresentado à Banca Examinadora do Curso de Ciências Contábeis da Universidade de Rio Verde (UniRV), como exigência parcial para obtenção de título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof.º Me. Ricardo Neves Borges

RIO VERDE, GO

2017

Ficha Catalográfica

HONORATO, Nayara Ferreira

Relatório Resumido Da Execução Orçamentária: Um Estudo dos Municípios do Sudoeste Goiano Rio Verde, GO.

Rio Verde, GO 2017

51f.:il: 18 cm

Monografia (Graduação) – Universidade de Rio Verde (UniRV), Faculdade De Ciências Contábeis , 2017.

“Orientador: Prof.º Me. Ricardo Neves Borges”

1. Lei de Responsabilidade Fiscal. 2. Relatório Resumido de Execução Orçamentária e Microrregião do Sudoeste Goiano. 3 Título

Bibliotecária responsável:

NAYARA FERREIRA HONORATO

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
UM ESTUDO NOS MUNICÍPIOS DO SUDOESTE GOIANO**

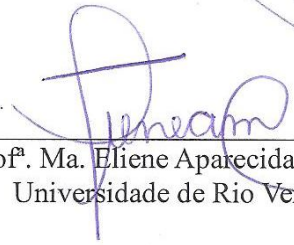
Trabalho de Conclusão de Curso II apresentado a Banca Examinadora do Curso de Ciências Contábeis da Universidade de Rio Verde (UniRV), como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Rio Verde, GO, 03 de março de 2017


BANCA EXAMINADORA



Prof. Me. Ricardo Neves Borges
Universidade de Rio Verde (UniRV)



Prof. Ma. Eliene Aparecida de Moraes
Universidade de Rio Verde (UniRV)



Prof. Natana James Guimarães
Universidade de Rio Verde (UniRV)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pois sem a presença dele em minha caminhada nada seria alcançado e conquistado.

Gostaria de agradecer também a minha mãe, minha irmã, meu pai e meu querido esposo pela paciência, compreensão e carinho nos momentos difíceis desta jornada.

Aos professores e amigos da Universidade pela convivência, troca de aprendizado e pelos momentos felizes que passamos juntos durante esses anos.

RESUMO

A Lei de Responsabilidade Fiscal institui parâmetros que devem ser seguidos referentes aos gastos públicos. A lei está voltada para a responsabilidade na gestão fiscal da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Nessa perspectiva, o objetivo do presente trabalho primou em analisar os Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária dos municípios constantes na microrregião do Sudoeste Goiano. Esta pesquisa classifica-se como exploratória, sendo alcançada sobre o método dedutivo, utilizando-se o procedimento bibliográfico, e coleta de dados indireta. A Receita Orçamentária e o PIB apresentaram maiores variações percentuais no ano de 2011 em comparação com 2010, 117% e 1011%, respectivamente. As variações da Despesa Orçamentária em termos percentuais, em todos os anos, foram superiores em relação à Receita Orçamentária. A Receita Correta Líquida em relação ao PIB e ao IGPM, mostram percentuais de variação média, sendo mais estáveis no período analisado. O Resultado Nominal Previsto foi divulgado somente nos 2011 e 2015 com percentuais diferentes de 0%, sendo 4% e 14%, respectivamente. O Resultado Nominal Alçando foi publicado pela maior parte dos municípios, exibindo na maioria variações percentuais negativos, como em 2011 a variação média de -743%. O Restos a Pagar se apresenta de forma crescente ao longo do período analisado, partindo de -1.821% em 2011 para 7.061% em 2015 na variação média. A Regra de Ouro revelou queda, indo de 111% em 2012 para -23% em 2014, e em 2015, um percentual de 14% na variação média. O Resultado Previdenciário no ano de 2011 em comparação ao ano de 2010 mostrou seu maior percentual entre os demais anos, 72%, seguido de 2014 com 53% e 2013 com 47%.

Palavras-chave: Lei de Responsabilidade Fiscal. Relatório Resumido de Execução Orçamentária e Microrregião do Sudoeste Goiano.

ABSTRACT

The Fiscal Responsibility Law establishes parameters to be followed regarding public expenditures, the law is directed to the fiscal management of the Union, States, Federal District and Municipalities. In this perspective, the objective of the present work was to analyze the Summarized Reports of Budget Execution of the municipalities in the micro-region of Southwest Goiás. This research is classified as exploratory, being reached on the deductive method, with bibliographic procedure, and indirect data collection. The Budgetary Revenue and GDP presented the highest percentage changes in 2011 compared to 2010, 117% and 1011%, respectively. The variations in Budgetary Expenditure in percentage terms, in all years, were higher than the Budget Revenue. The Net Revenue in relation to GDP and the IGPM show more stable percentages of average variation in the analyzed period. The Predicted Nominal Result was only disclosed in 2011 and 2015 with percentages different from 0%, being 4% and 14%, respectively. The Alzando Nominal Result was published by most municipalities, mostly showing negative percentage changes, as in 2011 the average change of -743%. Remaining payable increased over the analyzed period, from -1,821% in 2011 to 7,061% in 2015 in the average variation. The Golden Rule showed a decline, going from 111% in 2012 to -23% in 2014, and in 2015 a 14% percentage increase in the average variation. The Social Security Result in 2011 compared to 2010 showed its highest percentage among other years, 72%, followed by 2014 with 53% and 2013 with 47%.

Keywords: Fiscal Responsibility Law. Summarized Report of Budgetary Execution and Micro-region of Southwest Goiás.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA	11
1.2 OBJETIVOS	11
1.2.1 Objetivo geral.....	11
1.2.2 Objetivos específicos.....	11
1.3 JUSTIFICATIVA.....	12
1.4 DELIMITAÇÃO DO TEMA	13
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	14
2.1 CONTABILIDADE PÚBLICA.....	14
2.2 FINANÇAS PÚBLICAS.....	15
2.3 LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL	15
2.4 RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	17
2.4.1 Balanço orçamentário.....	17
2.4.2 Demonstrativo da execução das despesas por função/subfunção	18
2.4.3 Demonstrativo da receita corrente líquida.....	18
2.4.4 Demonstrativo das receitas e despesas previdenciárias do regime geral de previdência social	18
2.4.5 Demonstrativo das receitas e despesas previdenciárias do regime próprio dos servidores	19
2.4.6 Demonstrativo do resultado nominal	19
2.4.7 Demonstrativo do resultado primário.....	19
2.4.8 Demonstrativo dos restos a pagar por poder e órgão	19
2.4.9 Demonstrativo das receitas e despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	20
2.4.10 Demonstrativos das despesas com saúde	20
2.4.11 Demonstrativo simplificado do relatório resumido da execução orçamentária.....	20
3 METODOLOGIA	22
3.1 QUANTO AO MÉTODO DE ABORDAGEM.....	22
3.2 QUANTO AO OBJETIVO	22
3.3 QUANTO AOS PROCEDIMENTOS	22

3.4 QUANTO A POPULAÇÃO.....	23
3.5 QUANTO A AMOSTRA DE DADOS.....	23
3.6 QUANTO A TÉCNICA DE COLETA DE DADOS	23
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	26
4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA MICRORREGIÃO DO SUDOESTE GOIANO.....	26
4.2 ANÁLISE DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	29
4.2.1 Aparecida do Rio Doce	29
4.2.2 Aporé.....	30
4.2.3 Caiapônia.....	32
4.2.4 Castelândia.....	33
4.2.5 Chapadão Do Céu	33
4.2.6 Doverlândia.....	35
4.2.7 Jataí.....	35
4.2.8 Maurilândia	36
4.2.9 Mineiros.....	38
4.2.10 Montividiu	39
4.2.11 Palestina de Goiás	41
4.2.12 Perolândia	42
4.2.13 Portelândia	42
4.2.14 Rio Verde.....	42
4.2.15 Santa Helena De Goiás	43
4.2.16 Santa Rita Do Araguaia	44
4.2.17 Santo Antônio Da Barra	45
4.2.18 Serranópolis	45
4.3 MICRORREGIÃO DO SUDOESTE GOIANO.....	45
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
REFERÊNCIAS	49

1 INTRODUÇÃO

Em conformidade com a Lei nº 4.320, de 17 de Março de 1964, pode-se definir a Contabilidade Pública como parte da contabilidade que coleta, registra, controla e analisa os atos e os fatos do patrimônio e suas variações, bem como acompanha e demonstra a execução orçamentária; diferenciando-se das demais contabilidades, pois os seus procedimentos relacionam-se de modo direto por meio da lei e os regulamentos determinados pela Administração Pública.

De acordo com Slomski (2003), as demonstrações contábeis no setor público possuem o objetivo principal de atender às necessidades de usuários que não estão em posição de exigir relatórios específicos, especialmente dos contribuintes e dos meios de comunicação. É fundamental que sejam acompanhados de notas explicativas para esclarecerem e analisarem os dados apresentados.

Segundo Calado (2012), as finanças públicas indicam os meios, origens e processos financeiros por meio dos quais, os governos federal, estadual, distrital e municipal desenvolvem suas atividades de alocação, distribuição e estabilização.

O Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) é exigido pela Constituição da República Federativa do Brasil (1988), que estabelece em seu artigo 165, parágrafo 3º, que o Poder Executivo o publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre. A União já o divulga, há vários anos, mensalmente. O objetivo dessa periodicidade é permitir que, cada vez mais, a sociedade por meio dos diversos órgãos de controle conheça, acompanhe e analise o desempenho da execução orçamentária do Governo Federal.

Ressalta Nascimento (2006), o Relatório Resumido da Execução Orçamentária é composto de duas peças básicas e de alguns demonstrativos de suporte. As peças básicas são: o balanço orçamentário, cuja função é especificar, por categoria econômica, as receitas e as despesas; o demonstrativo de execução das receitas por categoria econômica e fonte; das despesas por categoria econômica, grupo de natureza, função e subfunção.

Todos os municípios brasileiros devem divulgar o Relatório Resumido da Execução Orçamentária bimestralmente, não sendo diferente para os municípios constantes na microrregião do Sudoeste Goiano.

Sendo assim o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1990), através da Resolução da Presidência (PR) Nº 11, de 5 de junho, divide o Estado de Goiás em 18 microrregiões geográficas e as define "como um conjunto de municípios, contíguos e contidos

na mesma Unidade da Federação, definidos com base em características do quadro natural, da organização da produção e de sua integração". Desta forma, as microrregiões são partes das mesorregiões que exibem especificidades quanto à organização do espaço como: estrutura da produção agropecuária, industrial, extrativismo mineral, entre outras, também como a compleição de elementos do conjunto natural ou de relações sociais e econômicas de cada município.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Quais são as variações percentuais dos itens que compõem o Relatório Resumido da Execução Orçamentária da microrregião do Sudoeste Goiano?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Analisar os Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária dos municípios constantes na microrregião do Sudoeste Goiano quanto às variações dos seus respectivos itens.

1.2.2 Objetivos específicos

- a) Conceituar contabilidade pública;
- b) Discorrer sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000);
- c) Avaliar as variáveis dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária dos Municípios do Sudoeste Goiano.

1.3 JUSTIFICATIVA

A Lei de Responsabilidade Fiscal engloba o planejamento governamental, o equilíbrio fiscal, o controle do endividamento público e a transparência, como os quatro pilares básicos da lei. A transparência assegura a divulgação da versão original e simplificada do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal (RGF), inclusive em meios eletrônicos de acesso público, buscando incentivar a participação popular e a realização de audiências públicas (RESENDE et al., 2014).

Em 5 de outubro de 1988, o RREO passou a ser exigido pela Constituição da República Federativa do Brasil, ficando assim estabelecido que o Poder Executivo publicará o relatório em até trinta dias, após o encerramento de cada bimestre. O Relatório Resumido da Execução Orçamentária será elaborado e publicado pelo Poder Executivo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Deve-se levar em consideração a importância da divulgação das demonstrações contábeis do setor público, em específico o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, pois por meio deste relatório é possível verificar o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal. Os municípios com população superior a cinquenta mil habitantes devem publicar seus RREO juntamente com seus respectivos demonstrativos (GORGA; BERGAMASCO, 2011).

Conforme os autores citados anteriormente, a Lei de Responsabilidade Fiscal com suas exigências e obrigações acessórias é um instrumento fundamental para a fiscalização do orçamento público municipal. Com ela há um maior monitoramento em relação aos gastos públicos, refletindo no controle mais intenso do orçamento. Além disso, há a exigência de um planejamento do dinheiro público mais adequado, que refletirá em políticas públicas eficientes para o município.

A importância de realizar um estudo do Relatório Resumido da Execução Orçamentária dos municípios do Sudoeste Goiano ocorre, pois com base nessa análise foi possível identificar a evolução dos recursos utilizados durante os anos de 2010 a 2015 nos 18 municípios que compõem a microrregião do Sudoeste Goiano.

Para a sociedade esta pesquisa demonstrou a estima da análise do Relatório Resumido da Execução Orçamentária nos municípios e seus respectivos efeitos, complementando os estudos para os órgãos reguladores especialmente, o Comitê de Gestão Fiscal, possibilitando ainda, a reflexão sobre a importância do Relatório Resumido da Execução Orçamentária.

A pesquisa se faz relevante para o pesquisador e para a sociedade, pois além de acrescentar conhecimentos, destaca-se como fonte para futuras pesquisas relacionadas ao assunto, assim é esclarecedora para questionamentos sobre as divulgações desse relatório por parte dos municípios.

1.4 DELIMITAÇÃO DO TEMA

Este estudo delimita-se aos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária dos Municípios constantes na Microrregião do Sudoeste Goiano dos anos de 2010 a 2015.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONTABILIDADE PÚBLICA

Conforme o Conselho Federal de Contabilidade através da NBC T 16.1 (2012), as informações são práticas essenciais para o uso da contabilidade aplicada ao setor público, pois é preciso identificar o controle da instituição. Esse controle vem a partir das estratégias e normas estabelecidas pelas informações do setor contábil, tendo como objetivo fazer com que as normas sejam cumpridas no setor público. Assim, a contabilidade aplicada ao setor público é a ciência que mantém o controle no setor público.

Segundo Kohama (2014), contabilidade pública é uma das ramificações da contabilidade que estuda, controla e demonstra o patrimônio público e as variações do mesmo. Utilizando as contas contábeis e o método das partidas dobradas para evidenciar as operações financeiras e patrimoniais.

Em afirmação Slomski (2013), a contabilidade pública é estruturada basicamente pelas normas internacionais de contabilidade pública, emitidas pela *Internacional Public Sector Accounting Standards Boards* (IPSASB), pelas Normas Brasileiras de Contabilidade NBC T 16.1 a 16.10, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Lei 4.320 de 17 de março de 1964 e a Lei Complementar 101 de 4 de maio de 2000. Ainda conforme o autor, a contabilidade pública evidencia os fatos ligados à administração orçamentária e a gestão financeira e patrimonial do setor público.

A NBC T 16.1 (2012) cita que contabilidade aplicada ao setor público tem o objetivo de fornecer aos usuários informações sobre os resultados alcançados e os aspectos orçamentários, econômicos, financeiros e físicos do patrimônio da entidade do setor público e suas mutações. Essas informações contábeis auxiliam na tomada de decisão, a prestação de contas com veracidade e o suporte para a instrumentalização do controle social.

Para Silva (2011), sendo um ramo da contabilidade, a contabilidade pública deve seguir os mesmos postulados e princípios, e ter como objeto de estudo o Patrimônio Público, no entanto a contabilidade pública geralmente baseia-se no orçamento, peça de suma importância na previsão e execução dos gastos, inclusive exigido por lei para evidenciar seus registros e análises ao invés de basear-se nas alterações patrimoniais.

2.2 FINANÇAS PÚBLICAS

As finanças públicas estão elencadas no Capítulo II, seção I, no art. 163 da Constituição Federal (1988), estabelece-se que lei complementar disporá sobre as finanças públicas, logo as finanças públicas elencadas na Carta Magna resume-se em Orçamentos e Despesas públicas. Finanças públicas consistem no ramo financeiro, que tem como finalidade à circulação de dinheiro de forma generalizada, observando-se certas características, a saber, a obtenção, a gestão e a administração de fundos estabelecidos na constituição (BRASIL, 1988).

Calado (2012) ressalta que as finanças públicas designam os métodos, princípios e processos financeiros que o governo federal, estadual, distrital e municipal devem desempenhar através das funções alocativas, distributivas e estabilizadoras. Ainda conforme o autor citado anteriormente, a função alocativa caracteriza-se pela divisão dos recursos para utilização no setor público e no setor privado. Dessa forma são oferecidos bens e serviços públicos, semipúblicos ou meritórios, como rodovias, segurança, educação, saúde, entre outros a sociedade.

Augusto (2011) cita que a função distributiva tem como finalidade a redistribuição de renda, através da arrecadação de impostos principalmente; o Estado arrecada e repassa esse dinheiro à sociedade por meio de programas sociais, onde sua principal intenção é passar uma parcela de renda para os mais pobres, como exemplo, temos o programa Bolsa Família do Governo Federal.

Segundo Giambiagi e Além (2008), na função estabilizadora, o governo tem a incumbência de equilibrar a economia controlando preços, utilizando os instrumentos macroeconômicos como políticas públicas fiscais e monetárias. A intervenção do governo é importante para proteger a economia, pois esta pode evitar bruscas variações como alta inflação e altos índices de desempregos.

2.3 LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000) estabelece parâmetros a serem seguidos relativos aos gastos públicos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Em consonância com a referida Lei de Responsabilidade Fiscal em seu artigo 1º, § 1o: A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetarem o equilíbrio das contas públicas. Mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange: a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras dívidas consolidadas e mobiliárias, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em restos a pagar (BRASIL, 2000).

De acordo com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o acompanhamento e avaliação do cumprimento da lei será realizado pelo Conselho de Gestão Fiscal (CGF), formado por representantes dos Três Poderes do Governo, do Ministério Público e de entidades que representam a sociedade. Porém, a Lei de Responsabilidade Fiscal não define os prazos e nem institui punições para o não cumprimento da legislação.

Segundo Araújo (2013), a Lei de responsabilidade fiscal fixa limites para despesas com pessoal, para dívida pública e também para controlar as entradas das receitas. Nenhuma nova despesa continuada pode ser criada sem que se indique a fonte da receita ou sem a redução de outras despesas já existentes. Assim, o gestor governamental sempre conseguirá pagar as despesas, sem comprometer o orçamento atual ou os futuros. A Lei ainda define os mecanismos adicionais de controle das finanças públicas em anos de eleição.

O Brasil vem buscando mecanismos de mudanças em relação à moralização dos seus gastos, e um dos instrumentos empregados para estas mudanças é o orçamento público. O orçamento público é válido por meio de lei, o qual consta na sua abrangência a previsão de receitas e a estimativa de despesas a serem realizadas por um Governo em um determinado exercício ou ano (COSTA, COSTA, 2014).

Veríssimo (2012), cita que a Lei de Responsabilidade Fiscal se sustenta sobre quatro pilares que são: planejamento, transparência, controle e a responsabilidade. O planejamento dará suporte técnico à gestão fiscal, através de mecanismos operacionais, como o Plano Plurianual - PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e a Lei Orçamentária - LOA.

Ainda de acordo com o autor, a transparência, por meio da divulgação á sociedade através do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e do Relatório de Gestão Fiscal. Os sistemas de controle deverão ser capazes de tornar efetivo o comando legal, a fiscalização rigorosa e contínua, exigirá atenção redobrada de seus executores, principalmente dos tribunais de contas. Por último, o importantíssimo pilar da responsabilidade, pois ele fixa ao gestor público o cumprimento da lei, sob pena de responder por seus atos e sofrer as sanções

da própria Lei Complementar 101/2000 e em outros dispositivos legais, como disposto no artigo 73 da lei antes referida.

2.4 RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988, artigo 165, parágrafo 3º, estabelece o Relatório Resumido da Execução Orçamentária – (RREO) que o Poder Executivo o publicará até trinta dias após o encerramento de cada bimestre. Segundo a Secretaria do Tesouro Nacional (2009), o Relatório Resumido da Execução Orçamentária permite que a sociedade, por meio dos órgãos de controle tenha acesso, acompanhe e analise o desempenho da execução orçamentária dos Governos Municipal, Estadual e Federal. A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a chamada Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece as normas para elaboração e publicação do RREO.

O Art. 53 da LRF estabelece os seguintes demonstrativos relativos ao RREO que devem ser disponibilizados pelos gestores para acompanhamento da sociedade:

I - apuração da receita corrente líquida, na forma definida no inciso IV do art. 2º, sua evolução, assim como a previsão de seu desempenho até o final do exercício;

II - receitas e despesas previdenciárias a que se refere o inciso IV do art.50;

III - resultados nominal e primário;

IV - despesas com juros, na forma do inciso II do art. 4º;

V - Restos a Pagar, detalhando, por Poder e órgão referido no art. 20, os valores inscritos, os pagamentos realizados e o montante a pagar.

Resende et al. (2014), expõem que o Relatório Resumido da Execução Orçamentária engloba um conjunto de demonstrativos que fornecem informações ao executivo, legislativo e à sociedade sobre a provisão e execução orçamentária. Essas informações sobre as arrecadações e os gastos públicos facilitam a atuação dos controles interno e externo e a prestação de contas transparente à sociedade.

2.4.1 Balanço orçamentário

Slomski (2013) ressalta que o Balanço Orçamentário, demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas no período. Esse balanço está previsto na Lei nº

4.320, de 31 de março de 1964 e também na Lei de responsabilidade fiscal, contudo de forma mais detalhada e com periodicidade de publicação bimestral.

2.4.2 Demonstrativo da execução das despesas por função/subfunção

Segundo a Secretaria do Tesouro Nacional (2009), o demonstrativo da execução das despesas por função/subfunção contém os valores das despesas públicas (dotação inicial, dotação atualizada, despesas empenhadas, despesas liquidadas e saldo a liquidar), discriminadas por função/subfunção. Este demonstrativo deverá trazer cada função detalhada por subfunções, cuja combinação pode ser típica, que representa subfunções diretamente ligadas à função e atípicas, quando a subfunção de uma determinada função é utilizada por outra.

2.4.3 Demonstrativo da receita corrente líquida

O demonstrativo apresenta a apuração da Receita Corrente Líquida (RCL) no mês em referência, sua evolução nos últimos doze meses e a previsão de seu desempenho no exercício. Salienta-se que o demonstrativo integra o RREO e deverá ser publicado até trinta dias após o encerramento de cada bimestre. A RCL deverá ser apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês de referência e nos onze anteriores (BRASIL, 2009).

2.4.4 Demonstrativo das receitas e despesas previdenciárias do regime geral de previdência social

De acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional (2009) esse demonstrativo tem a finalidade de assegurar a transparência das receitas e despesas previdenciárias do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), controlado e administrado pela União, por meio da Receita Federal do Brasil, quanto às receitas, e do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), quanto às despesas, não sendo aplicável, portanto, aos Estados, Distrito Federal e Municípios. Esse demonstrativo integra o RREO, o qual deverá ser publicado até trinta dias após o encerramento de cada bimestre.

2.4.5 Demonstrativo das receitas e despesas previdenciárias do regime próprio dos servidores

Contribuição para o Plano de Previdência do Servidor – Nessa linha deve-se registrar a parte da contribuição para o Plano de Previdência que é paga pelos próprios servidores, conforme alínea c, do inciso IV, do artigo 2º da LRF, pois esses valores são vinculados ao custeio do Regime Próprio da Previdência Social (RPPS) (BRASIL, 2009).

2.4.6 Demonstrativo do resultado nominal

Slomski (2013) afirma que o objetivo da apuração do Resultado Nominal é medir a evolução da Dívida Fiscal Líquida. No bimestre, o resultado nominal representa a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida ao final do bimestre de referência e o saldo ao final do bimestre anterior. No exercício, o resultado nominal representa a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida acumulada até o final do bimestre de referência e o saldo em 31 de dezembro do exercício anterior ao de referência.

2.4.7 Demonstrativo do resultado primário

Ainda de acordo com Slomski (2013), o resultado primário representa a diferença entre as receitas e as despesas primárias; sua apuração fornece uma melhor avaliação do impacto da política fiscal em execução pelo ente da Federação. Já os superávits primários, que são direcionados para o pagamento de serviços da dívida, contribuem para a redução do estoque total da dívida líquida. Em contrapartida, déficits primários indicam a parcela do aumento da dívida, resultante do financiamento de gastos não financeiros que ultrapassam as receitas não financeiras.

2.4.8 Demonstrativo dos restos a pagar por poder e órgão

Conforme a Secretaria do Tesouro Nacional (2009), os Restos a Pagar constituem-se como compromissos financeiros exigíveis que compõem a dívida flutuante e podem ser caracterizados como as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro de

cada exercício financeiro. As despesas empenhadas, não pagas até o dia 31 de dezembro, não canceladas pelo processo de análise e depuração e, que atendam aos requisitos previstos em legislação específica, deverão ser inscritas em Restos a Pagar, pois se referem a encargos incorridos no próprio exercício. São considerados processados os Restos a Pagar referentes a empenhos liquidados e, portanto, prontos para o pagamento, ou seja, cujo direito do credor já foi verificado. Em via contrária, são considerados não-processados os empenhos de contrato e convênios que se encontram em plena execução, não existindo o direito líquido e certo do credor.

2.4.9 Demonstrativo das receitas e despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino

Em continuidade com os ensinamentos de Slomski (2013), o Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) apresenta os recursos públicos destinados à educação, provenientes da receita resultante de impostos e das receitas vinculadas ao ensino, as despesas com a MDE por vinculação de receita, os acréscimos ou decréscimos nas transferências do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), o cumprimento dos limites constitucionais e outras informações para controle financeiro.

2.4.10 Demonstrativos das despesas com saúde

Segundo a Secretaria do Tesouro Nacional (2009), o Demonstrativo das Despesas com Saúde – União apresenta as despesas com ações e serviços públicos de saúde, detalhadas por grupo de natureza da despesa, as despesas próprias com saúde e as despesas por subfunção, tal como a variação nominal do Produto Interno Bruto (PIB), com a finalidade de demonstrar o cumprimento da aplicação dos recursos mínimos, nas ações e serviços públicos de saúde de acesso universal, previstos na Constituição, alterada pela Emenda Constitucional nº 29.220.

2.4.11 Demonstrativo simplificado do relatório resumido da execução orçamentária

A Secretaria do Tesouro Nacional (2009) traz que este demonstrativo visa evidenciar de forma simplificada, e em um único demonstrativo, as execuções orçamentárias e de restos a pagar, a apuração dos limites mínimos constitucionalmente estabelecidos de aplicação em saúde e educação, a apuração do limite máximo constitucionalmente permitido para contratação de operações de crédito, as projeções atuariais dos Regimes de Previdência, bem como suas receitas e despesas, o valor da Receita Corrente Líquida, o cumprimento das metas de resultado nominal e primário estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais da Lei Diretrizes Orçamentária e a aplicação da receita de capital derivada da alienação de ativos.

3 METODOLOGIA

3.1 QUANTO AO MÉTODO DE ABORDAGEM

Para Silva e Menezes (2005), é entendida como um conjunto de etapas ordenadamente dispostas que se deve vencer na investigação de um fenômeno, fornecendo conhecimentos válidos e verdadeiros. Também caracteriza a linha de raciocínio adotada no processo de pesquisa. Os métodos que fornecem as bases lógicas à investigação são: dedutivo, indutivo, hipotético-dedutivo, dialético e fenomenológico.

A presente pesquisa se caracteriza como dedutiva, pois conforme Lakatos e Marconi (2003), o método dedutivo de abordagem tem o objetivo de explicar o conteúdo, sendo assim, se as premissas são verdadeiras a conclusão deve ser verdadeira.

3.2 QUANTO AO OBJETIVO

Para Gil (2008), uma pesquisa pode ser classificada em três grupos: exploratório, descritiva, e explicativa.

A referida pesquisa classifica-se como exploratória, pois conforme o autor citado anteriormente, a pesquisa exploratória tem como objetivo tornar o problema mais conhecido e dar maior difusão ao problema.

3.3 QUANTO AOS PROCEDIMENTOS

Gil (2008) classifica os procedimentos em: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, pesquisa experimental, pesquisa de campo, pesquisa de estudo de caso, pesquisa de ação. Com base nesta classificação, a referente pesquisa classifica-se como bibliográfica, pois se baseia em materiais e documentos divulgados.

A pesquisa, também, caracteriza-se como documental; Oliveira Netto (2008) considera que a pesquisa documental visa conhecer os diversos tipos de documentos e provas existentes relativos a conhecimentos científicos, sendo necessário conhecer as contribuições científicas atribuídas ao problema em estudo.

3.4 QUANTO A POPULAÇÃO

De acordo Richardson (1999), a Estatística, define população, ou universo, como o conjugado de elementos que têm características comuns, podendo ser contadas, pesadas, medidas, ordenadas de alguma maneira e que sirvam de base para as conveniências que se quer pesquisar.

Esse estudo utilizou-se da Microrregião do Sudoeste de Goiás, que é composta por 18 municípios: Aparecida do Rio Doce, Aporé, Caiapônia, Castelândia, Chapadão do Céu, Doverlândia, Jataí, Maurilândia, Mineiros, Montividiu, Palestina de Goiás, Perolândia, Portelândia, Rio Verde, Santa Helena de Goiás, Santa Rita do Araguaia, Santo Antônio da Barra e Serranópolis.

3.5 QUANTO A AMOSTRA DE DADOS

A amostra de dados da pesquisa corresponde à população, que se trata dos 18 municípios da Microrregião do Sudoeste de Goiás. Segundo Kataoka, Silva e Cazorla (2014) amostra utilizada é não probabilística, por ser uma amostra composta de indivíduos que atendem os critérios de entrada e que são de fácil acesso do pesquisador. A vigor desse tipo de amostra depende do desígnio de que a pesquisa representa adequadamente a população alvo.

O Método de amostra intencional estribar-se na fundamentação de que deve-se controlar a seleção amostral sempre que houver conhecimento satisfatório para garantir boas deduções de quantidades conhecidas e de certa forma, correlacionadas com aquelas desconhecidas e de interesse. O procedimento de amostragem intencional produz amostras com equilíbrio entre as composições amostrais e de referência (KATAOKA; SILVA; CAZORLA, 2014).

3.6 QUANTO A TÉCNICA DE COLETA DE DADOS

A técnica de coleta de dados pode ser classificada em documentação indireta (pesquisa documental e bibliográfica) e documentação direta (intensiva e extensiva) (LAKATOS; MARCONI, 2003).

Nesta pesquisa foi usada técnica de pesquisa indireta, que abrange uma análise bibliográfica, com o propósito de aprofundar os conhecimentos através de artigos científicos, livros, relatórios e documentos legais.

Os dados dos municípios foram obtidos no sítio <<https://www.contaspublicas.caixa.gov.br>>, para O Relatório Resumo da Execução Orçamentária (RREO), e no sítio o Instituto Mauro Borges <<https://www.imb.go.gov.br>>, para os dados econômicos dos municípios. Os dados referem-se aos anos de 2010 a 2015 e foram coletados durante o período dos meses de agosto a outubro de 2016.

3.7 VARIÁVEIS UTILIZADAS

Para análise do RREO serão utilizados os critérios do Quadro 1:

QUADRO 1 – Critérios para análise do RREO.

Anexos da Lei de Responsabilidade Fiscal	Análise realizada
Anexo I – Balanço Orçamentário	Quanto a Receita Orçamentária dos municípios foi feito um comparativo com a variação do PIB com o Índice Geral de Preço do Mercado (IGPM). Quanto a Despesa foi feito um comparativo da evolução da despesa por natureza.
Anexo III - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida	Evolução da Receita Líquida Corrente confrontando-a com o crescimento, do IGPM, do PIB brasileiro.
Anexo V - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Geral de Previdência Social	Evolução das Receitas e de Contribuições dos Servidores frente às despesas previdenciárias com o objetivo de evidenciar déficits ou superávits previdenciários, bem como o resultado previdenciário.
Anexo VI - Demonstrativo do Resultado Nominal	Uma relação entre o Resultado Nominal previsto no anexo de metas fiscais e o Resultado Nominal alcançado no período em análise.
Anexo VII - Demonstrativo do Resultado Primário	Evolução do Resultado Primário frente à meta estabelecida no anexo de metas fiscais no período em análise.
Anexo IX - Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão	Evolução dos Resultados a Pagar por Poder e Órgão no período em análise.
Anexo XI – Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesa de Capital	Evolução das Receitas de Operações de Crédito e das Despesas de Capital Líquida para evidenciar o cumprimento da Regra de Ouro no período em análise.
Anexo XIII - Demonstrativo de Evidenciação do Cumprimento da Regra de Ouro	A tendência do Resultado Previdenciário a fim de verificar possível desequilíbrio atuarial futuro.
Anexo XIV - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores	A tendência do Resultado Previdenciário a fim de verificar possível desequilíbrio atuarial futuro.

Fonte: Adaptado de Slomski (2013).

Para tabulação dos dados, recorreu-se a planilha *Excel* para compilação dos dados, os resultados foram apresentados em formas de quadros, tabelas e gráficos para melhor compreensão dos resultados obtidos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

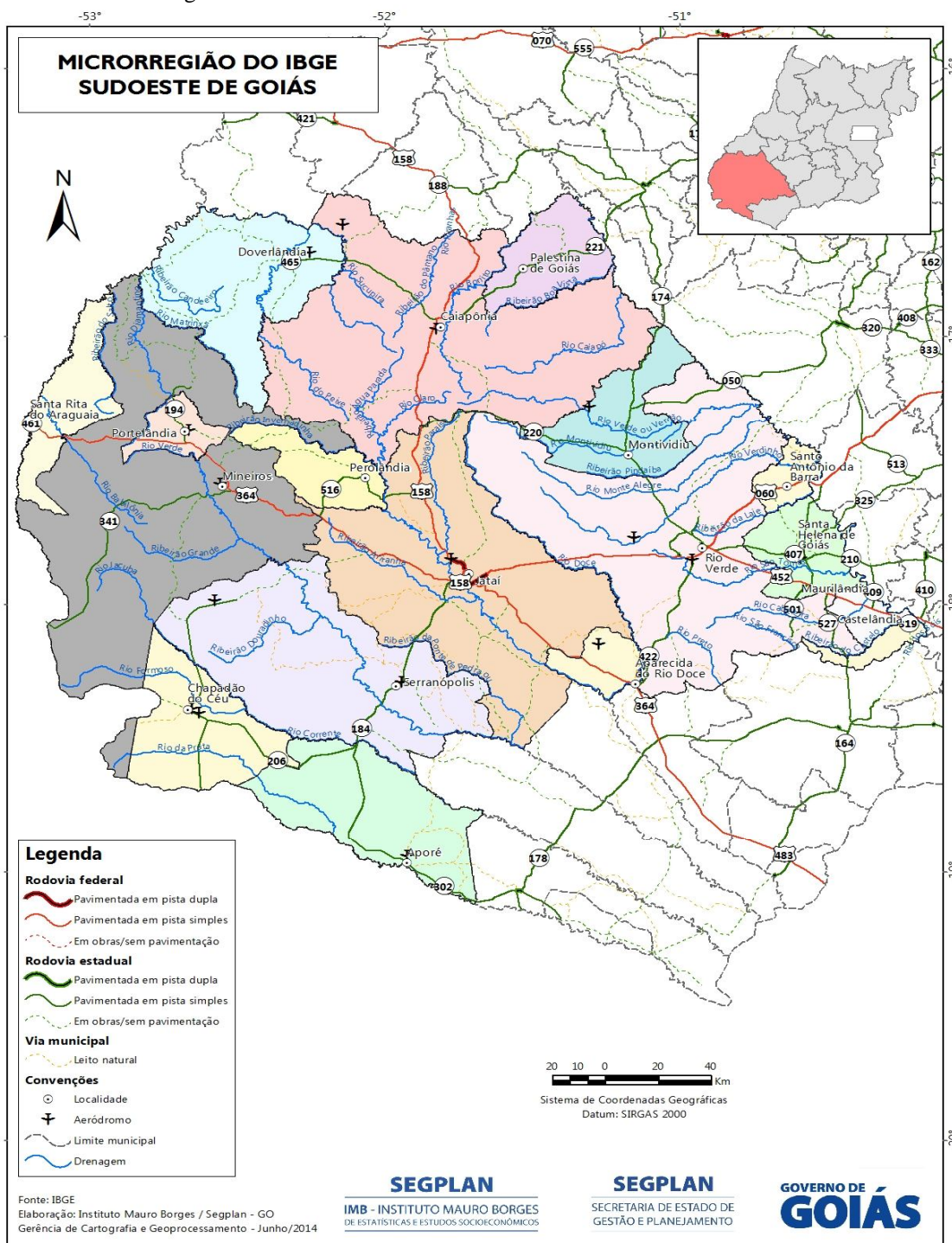
Nesse tópico são apresentados os resultados dos dados das variáveis selecionadas na metodologia. Cabe ressaltar que, sobre o lapso temporal estipulado da pesquisa, não se encontrou todos os dados necessários em alguns municípios, desta forma estes serão explicados individualmente a cada resultado obtido.

4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA MICRORREGIÃO DO SUDOESTE GOIANO

Os 18 municípios que compõem a Microrregião do Sudoeste de Goiás são: Aparecida do Rio Doce, Aporé, Caiapônia, Castelândia, Chapadão do Céu, Doverlândia, Jataí, Maurilândia, Mineiros, Montividiu, Palestina de Goiás, Perolândia, Portelândia, Rio Verde, Santa Helena de Goiás, Santa Rita do Araguaia, Santo Antônio da Barra e Serranópolis.

O mapa 1 ilustra a Microrregião do Sudoeste Goiano dentro do Estado de Goiás.

MAPA 1 - Microrregião do Sudoeste Goiano



Fonte: Instituto Mauro Borges/SEGPLAN-GO (2014).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1990), através da Resolução da Presidência (PR) Nº 11, de 5 de junho, a Microrregião do Sudoeste de Goiás possui 56.111,874 km² de área total e 446.583 habitantes (7,96 de densidade populacional), difundidos em 18 municípios. Do universo da sua população 89,71% vivem em área urbana e

10,29% em área rural. A população masculina (51%) é ligeiramente superior à feminina (49%). Um total de 39,52% dos habitantes da Microrregião reside em seu município mais populoso, Rio Verde. Segundo a tipologia da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), esta é uma Microrregião de alta renda.

Individualmente, segue no quadro 2, cada município com sua dimensão territorial e população com números atualizados no ano de 2015.

QUADRO 2: Municípios e população.

Município	Área (km²)	População (mil)
Aparecida do Rio Doce	602,13	2.510
Aporé	2900,16	4.077
Caiapônia	8637,87	18.148
Castelândia	297,43	3.642
Chapadão do Céu	2185,12	8.589
Doverlândia	3222,94	7.842
Jataí	7174,23	95.998
Maurilândia	389,76	12.956
Mineiros	9060,10	60.464
Montividiu	1874,15	12.101
Palestina de Goiás	1320,69	3.499
Perolândia	1029,62	3.105
Portelândia	556,58	4.015
Rio Verde	8379,66	207.296
Santa Helena de Goiás	1141,30	38.378
Santa Rita do Araguaia	1361,77	7.916
Santo Antônio da Barra	451,60	4.714
Serranópolis	5526,73	8.147

Fonte: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2015).

Nota-se que o município com maior dimensão territorial é Mineiros, tendo 9.060,10 km² e 60.464 mil habitantes e o menor município em dimensão territorial é Castelândia com 297,43 km² e 3.642 mil habitantes.

Observa-se também, que Rio Verde é o município com maior número de habitantes: 207.296 mil, dados atualizados em 2015 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o menos populoso é Aparecida do Rio Doce com 2.510 mil habitantes.

4.2 ANÁLISE DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

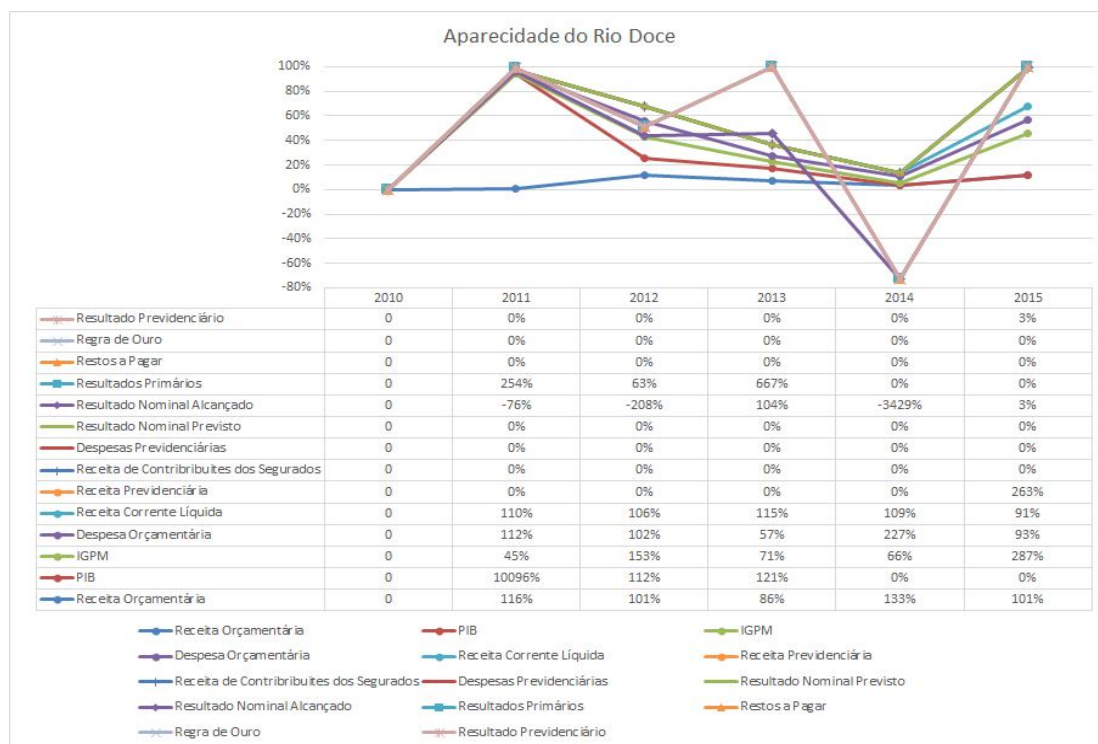
Na apresentação dos resultados da Análise do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) dos municípios da Microrregião do Sudoeste de Goiás teve-se como base, a análise das variações percentuais entre as variáveis selecionadas, tal método de análise é adaptado de Slomski (2013), conforme variáveis descritas na metodologia.

4.2.1 Aparecida do Rio Doce

Os resultados do município de Aparecida do Rio Doce, de acordo com os resultados das variáveis selecionadas através da metodologia aplicada estão expostos no gráfico 1.

Ressalta-se que neste município não foi possível à coleta dos dados dos itens do ano de 2009, em razão deste ano não ter sido selecionado na metodologia da pesquisa, assim inviabilizando a variação média para o ano de 2010.

Gráfico 1: Resultados das variáveis no município de Aparecida do Rio Doce.



Fonte: Elaborada pela Autora (2016).

Conforme gráfico 1, observa-se que no município de Aparecida do Rio Doce a Receita Orçamentária apresentou a maior variação percentual em 2014, o PIB exibiu um percentual maior em 2011 com o percentual de 10.096%. Em 2014 a variação da Despesa Orçamentária foi de 227%, sendo o maior percentual entre os anos analisados. A Receita Corrente Líquida obteve o percentual mais estável, com uma variação máxima de 24% entre os anos de 2013 a 2015.

As variações percentuais da Receita Orçamentária em todos os anos apresentaram percentuais inferiores ao PIB, e no ano de 2012 percentuais da Receita Orçamentária inferiores ao IGPM. A Despesa Orçamentária em relação à Receita Orçamentária foi superior nos anos de 2012 em 1% e no ano de 2013 em 29%.

O Resultado Nominal Previsto em todos os anos não foi estimado, porém o Resultado Nominal Alcançado foi divulgado e apresentou em sua maioria resultados negativos como de -3.429% em 2014. O Resultado Primário exibiu seu menor percentual, entre os anos divulgados, em 2012 de 63%. Os dados que obtiveram o percentual de 0%, não divulgaram valor para determinado ano ou divulgaram valor igual a 0.

4.2.2 Aporé

O município de Aporé, no gráfico 2, exibe o resultado com os dados selecionados através do método aplicado. Ressalva-se que não foi possível à coleta dos dados dos itens do ano de 2009, em razão do referido ano não ter sido selecionado na metodologia da pesquisa, assim inviabilizando a variação média para o ano de 2010. Nos anos de 2014 e 2015 nesse município, não ocorreu à coleta dos dados, devido a indisponibilidade de informações nos sites selecionados.

Gráfico 2: Resultados das variáveis no município de Aporé.

Fonte: Elaborada pela Autora (2016).

De acordo com o gráfico 2, verifica-se que no município de Aporé a Receita Orçamentária apresentou em 2012 uma variação percentual de 156%. O PIB exibiu um crescimento de 66% em 2013 em relação ao ano anterior, e as Despesas Orçamentárias uma queda de 102% no mesmo ano. A Receita Líquida Corrente mostrou um crescimento 15% de 2011 para 2012 e um decréscimo de 37% 2012 para 2013.

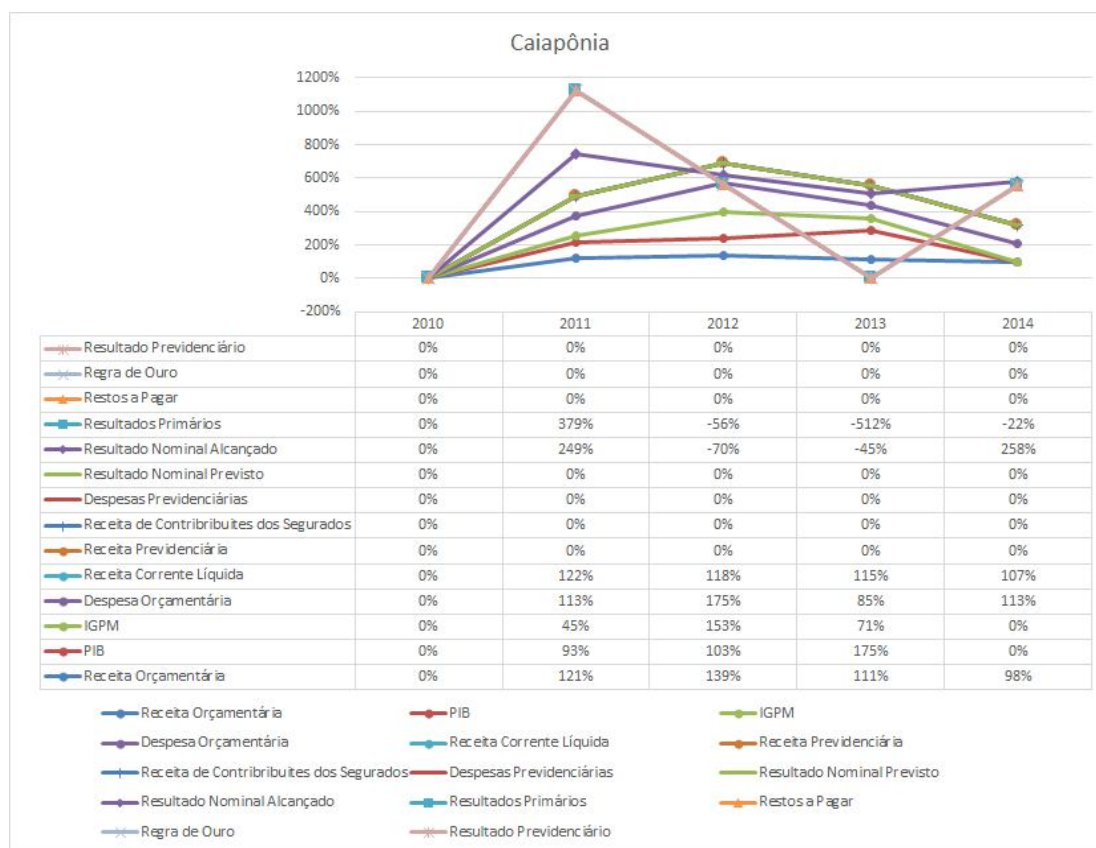
O PIB foi superior a Receita Orçamentária em 12% no ano de 2011. As variações percentuais da Receita Corrente Líquida só não foi superior a Receita Orçamentária no ano de 2012, mas todos os anos analisados as Despesas Orçamentárias mostram percentuais superiores a Receita Orçamentária.

O Resultado Nominal Previsto em todos os anos não foi estimado, contudo o Resultado Nominal Alcançado foi divulgado e somente em 2011, sendo o resultado negativo em -15%. O Resultado Primário exibiu em 2011 um percentual de 100% e nos demais anos foram negativos. O Restos a Pagar expôs percentual somente no ano 2011 de 178% e Regra de Ouro em 2012 de 124%. Os dados que obtiveram o percentual de 0%, não divulgaram valor para determinado ano ou divulgaram valor igual a 0.

4.2.3 Caiapônia

O município de Caiapônia apresenta o resultado das informações selecionadas através do procedimento aplicado. Neste município não foi possível à coleta dos dados dos itens do ano de 2009, em razão deste ano não ter sido selecionado na metodologia da pesquisa, assim inviabilizando a variação média para o ano de 2010, como também, ano 2015 não foi possível por motivo da não acessibilidade das informações nos sites elegidos na metodologia.

Gráfico 3: Resultados das variáveis no município de Caiapônia.



Fonte: Elaborada pela Autora (2016).

Em análise ao gráfico 3, nota-se que a Receita Orçamentária em 2012 em comparação com o ano de 2011 demonstrou o maior percentual, 139%. O PIB apresentou uma crescente evolução, indo de 93% em 2011 para 175% em 2013. O ano de 2012 destacou-se como o maior no percentual das Despesas Orçamentárias como 175%, seguido por 2013 que trouxe o menor percentual de 85%. Na Receita Corrente Líquida os percentuais tiveram um decréscimo de 2011 para 2014.

Em 2013, O PIB foi superior a Receita Orçamentária e a Receita Corrente Líquida, ao contrário do ano de 2012 que apresentou Receita Orçamentária e a Receita Corrente Líquida inferiores ao PIB. No mesmo ano a Despesa Orçamentária demonstrou percentual elevado de 36% em relação à Receita Orçamentária.

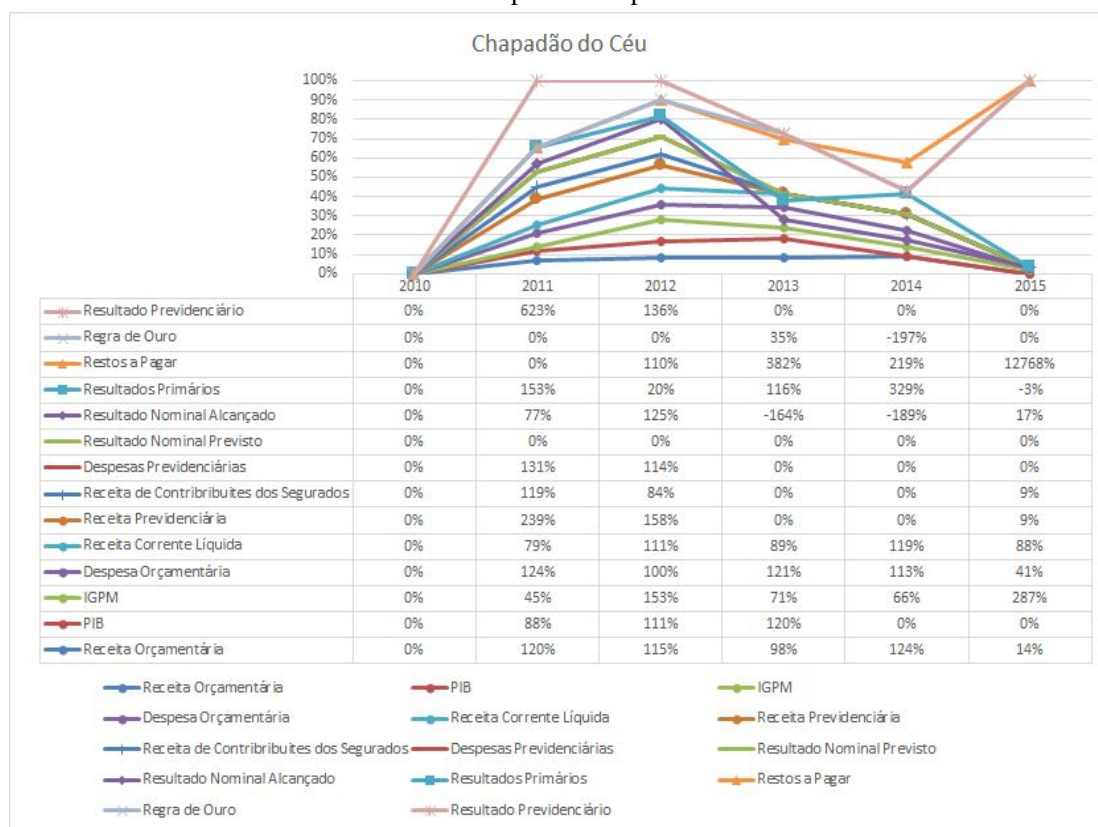
O Resultado Nominal Previsto em todos os anos não foi estimado, entretanto o Resultado Nominal Alcançado foi publicado e apresentou percentuais com variações distintas, indo de 249% em 2011 para -45% em 2013 e finalizando em 258% em 2014. Essa variação extremada também não foi diferente nos Resultados Primários, pois em 2011 o município apresentou um percentual de 379% que caiu para -512% em 2013. Os dados que demonstram o percentual de 0%, não divulgaram valor para determinado ano ou expressaram valor igual a 0.

4.2.4 Castelândia

O município não divulgou os dados referentes ao período analisado.

4.2.5 Chapadão Do Céu

O município de Chapadão do Céu, no gráfico 4, expõe as variáveis selecionadas através da metodologia aplicada. Observar-se que neste município não foi plausível à coleta de dados dos itens do ano de 2009, em virtude deste ano não ter sido selecionado na metodologia da pesquisa, assim inviabilizando a variação média para o ano de 2010.

Gráfico 4: Resultados das variáveis no município de Chapadão do Céu.

Fonte: Elaborada pela Autora (2016).

O município de Chapadão do Céu, em análise junto ao gráfico 4, apresenta uma queda brusca na Receita Orçamentária de 110% de 2014 para 2015, em contrapartida o PIB mostrou um crescimento contínuo chegando até 120% em 2013. A Despesa Orçamentária evidencia percentuais estáveis de 2011 a 2014, ficando na média de 114%, com exceção do ano de 2015, tendo o percentual de 41%.

O ano 2012 evidenciou-se como o mais linear em relação às variações muito próximas entre a Receita Orçamentária de 115%, PIB de 111%, Despesa Orçamentária de 100% e Receita Corrente Líquida de 111%.

O município de Chapadão do Céu divulgou informações sobre Receitas Previdenciárias concernentes ao ano de 2011, 239% das receitas, 119% foram de Receita de Contribuintes Segurados. Em 2012 dos 158% das receitas, 84% referem-se a Receita de Contribuintes Segurados. A Despesa Previdenciária consistiu-se de 131% e 114%, em 2011 e 2012 respectivamente, revelando uma queda de 17%.

O Resultado Nominal Previsto em todos os anos não foi apontado, todavia o Resultado Nominal Alcançado foi publicado e apresentou percentuais com variações distintas, variando

de 125% em 2012 até -189% em 2014. O Resultado Primário traz o maior percentual no ano de 2014 em comparação a 2013, 382% na variação média. O Restos a Pagar de 2015 cita um percentual de 12.768%, consideravelmente alto em relação aos outros anos. Os dados que obtiveram o percentual de 0%, não divulgaram valor para determinado ano ou divulgaram valor igual a 0.

4.2.6 Doverlândia

O município não divulgou os dados do período analisado.

4.2.7 Jataí

O gráfico 5 expõe o resultado dos dados coletados através da metodologia utilizada do município de Jataí. Resulta-se, que neste município não foi possível à coleta dos dados dos itens do ano de 2009, em razão deste ano não ter sido selecionado na metodologia da pesquisa, assim inviabilizando a variação média para o ano de 2010.

Gráfico 5: Resultados das variáveis no município de Jataí.



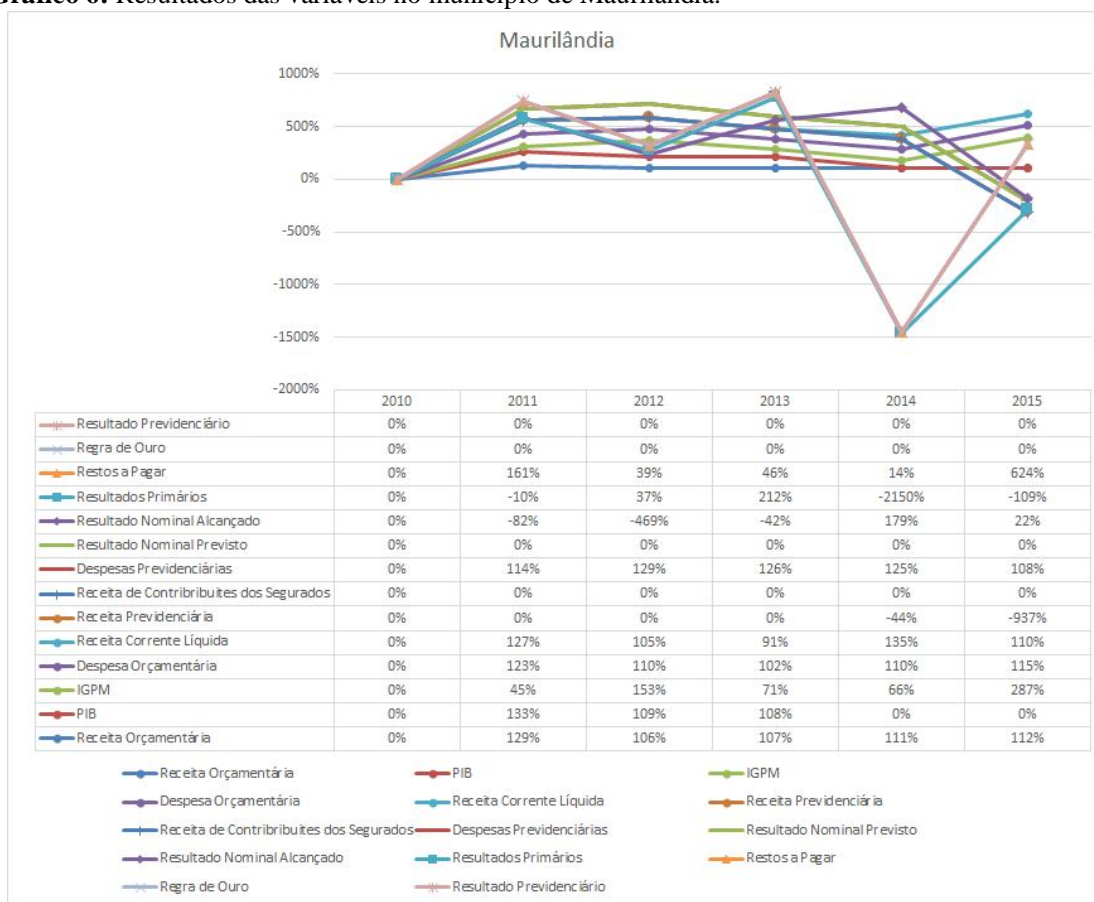
Fonte: Elaborada pela Autora (2016).

O município de Jataí demonstra que as Receitas Orçamentárias evidenciam percentuais estáveis de 2011 a 2015 ficando na média de 118%, com exceção do ano de 2013 que teve o percentual de abaixo da média, 89%. O PIB não apresentou variações e se manteve na média de 113%. A Despesa Orçamentária em 2013 teve seu menor percentual, sendo de 96%, também no mesmo ano, a Receita Corrente Líquida apresentou o menor percentual de 92%. O ano de 2012 distinguiu-se com menor variação média entre a Receita Orçamentária e o PIB, sendo de 7%, e 2013 com a maior variação de 22% entre os dois quesitos.

Jataí divulgou informações sobre Receitas Previdenciárias, Receita de Contribuintes Segurados e Despesas Previdenciárias de 2011 a 2015. Observou-se que o ano de 2014 obteve a maior arrecadação, 291%. O Resultado Nominal Previsto em todos os anos não foi divulgado, porém o Resultado Nominal Alcançado foi publicado e apresentou percentual com crescimento até 2013, atingindo 276%. O Resultado Primário, Restos a Pagar e Regra de Ouro trazem percentuais com variações distintas e extremadas, não sendo preciso estabelecer um parâmetro de análise. O Resultado Previdenciário em 2014 mostra seu maior percentual, 382%. Os dados que obtiveram o percentual de 0%, não divulgaram valor para determinado ano ou divulgaram valor igual a 0.

4.2.8 Maurilândia

O município de Maurilândia apresentar o resultado das variáveis selecionadas através da metodologia aplicada. Observou-se que neste município não foi possível à coleta dos dados dos itens do ano de 2009, em virtude deste ano não ter sido selecionado na metodologia da pesquisa, assim inviabilizando a variação média para o ano de 2010.

Gráfico 6: Resultados das variáveis no município de Maurilândia.

Fonte: Elaborada pela Autora (2016).

Conforme gráfico 6, nota-se que no município de Maurilândia a Receita Orçamentária apresentou seu maior percentual em 2011 de 129%, sendo feita uma variação média com 2010. O PIB exibiu um percentual de destaque no mesmo ano, com percentual de 133%. Em 2013, através de variação média com 2014, a Despesa Orçamentária foi de 102%, o menor percentual entre os anos analisados. A Receita Corrente Líquida também apresentou seu menor percentual em 2013, sendo de 91%.

O PIB mostrou uma queda nos percentuais ao longo dos anos analisados, a Receita Orçamentária, Receita Corrente Líquida e a Despesa Orçamentária seguiriam a mesma tendência apresentado decréscimo. Tendo como única exceção para a Receita Corrente Líquida o ano de 2014 com o percentual de 135%.

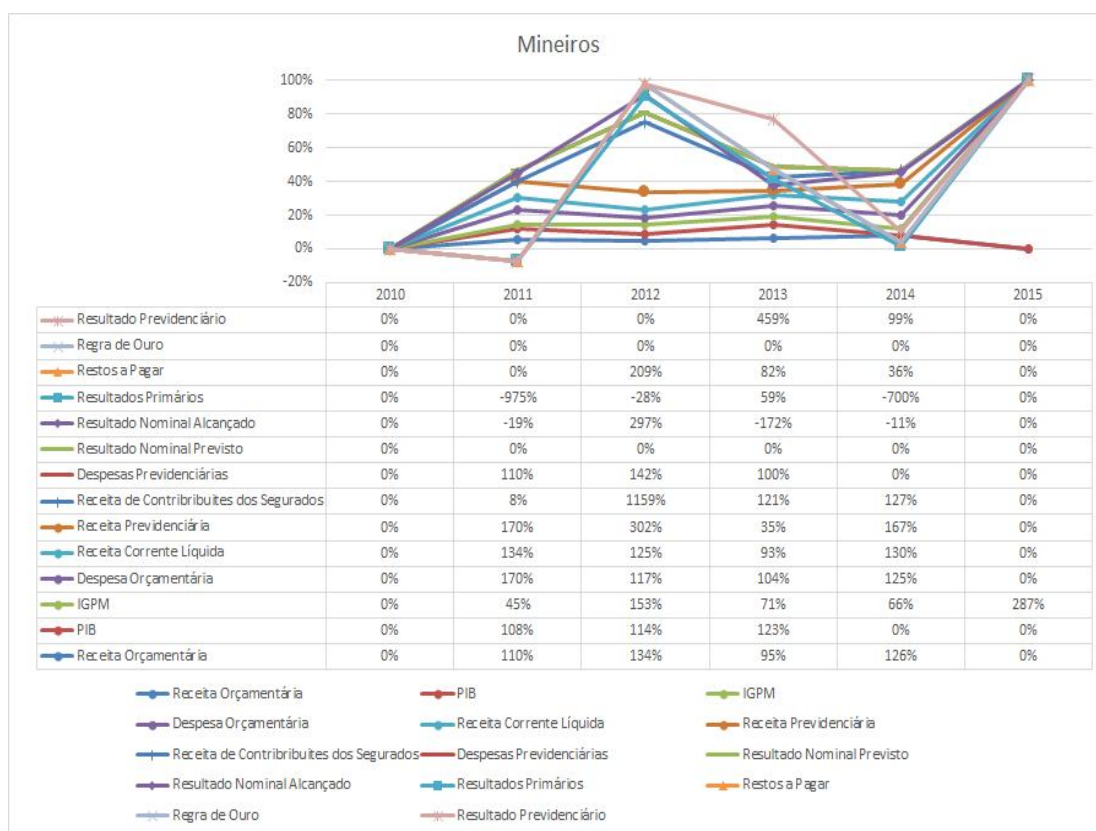
As Receitas Previdenciárias ficaram negativas em 2014 e 2015, chegando ao valor de -937%. O Resultado Nominal Previsto em todos os anos não foi divulgado, porém o Resultado Nominal Alcançado foi publicado e exibiu somente os anos de 2014 e 2015 positivos, com o percentual de 179% e 22% respectivamente. O Resultado Primário expôs um

percentual negativo que chegou a -2.150% em 2014, sendo ainda esse ano que demonstrou o menor Restos a Pagar de 14%. Os dados que obtiveram o percentual de 0%, não divulgaram valor para determinado ano ou expuseram valor igual a 0.

4.2.9 Mineiros

O município de Mineiros no gráfico 7, apresenta-se o resultado das variáveis selecionadas através da metodologia aplicada. Ressalta-se que neste município não foi possível à coleta dos dados dos itens do ano de 2009, em razão deste ano não ter sido selecionado na metodologia da pesquisa, assim inviabilizando a variação média para o ano de 2010.

Gráfico 7: Resultados das variáveis no município de Mineiros.



Fonte: Elaborada pela Autora (2016).

Consoante com o gráfico percebe-se, que no município de Mineiros a Receita Orçamentária apresentou em 2012 um percentual de 134%, sendo seu maior percentual entre os anos analisados. O PIB exibiu um crescimento contínuo, chegando a 123% em 2013 e a

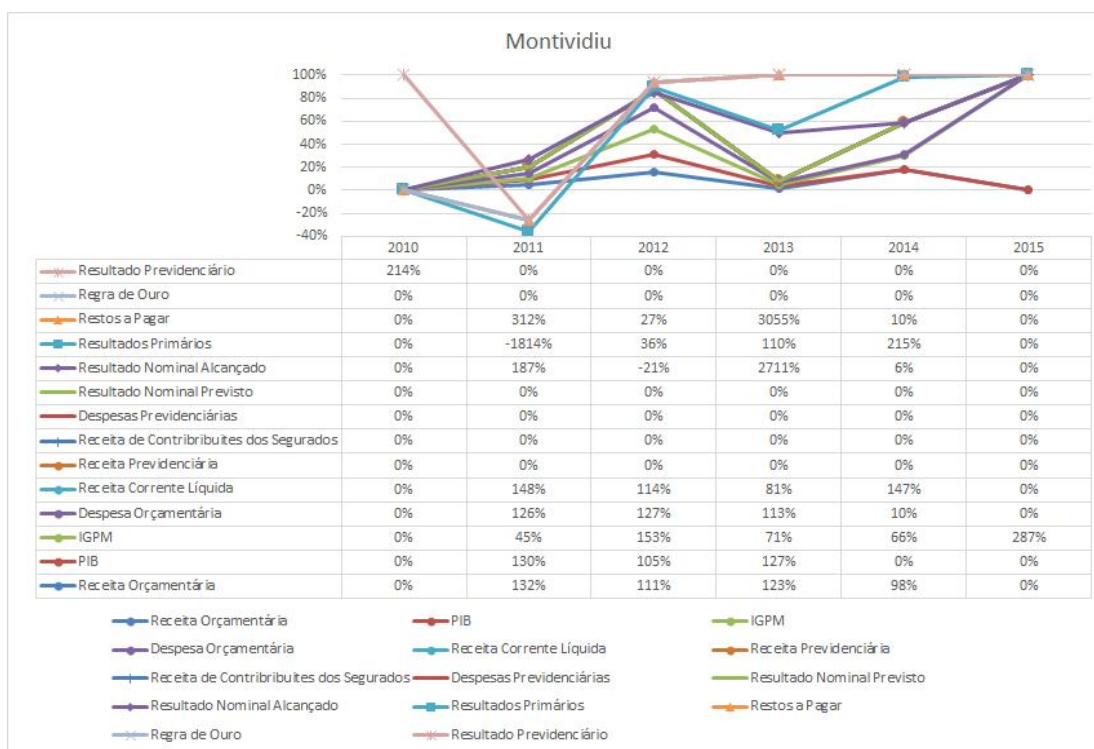
Despesa Orçamentária demonstrou uma variação de média de 129% entre os anos de 2011 a 2015. A Receita Líquida Corrente apresentou um crescimento 37% de 2013 para 2014.

O município divulgou informações sobre Receitas Previdenciárias, Receita de Contribuintes Segurados e Despesas Previdenciárias referentes aos anos de 2011 a 2015, o ano com maiores percentuais foi 2012 com 302%, 1.159% e 142%, respectivamente.

Em todos os anos não foi estimado o Resultado Nominal Previsto, mas o Resultado Nominal Alcançado foi divulgado, apresentando somente em 2012 um resultado positivo, 297%. A cerca do Resultado Primário, apenas em 2013 obteve-se um resultado positivo, nos demais anos destaca-se variações de -567%. O Resultado Previdenciário alcançou uma redução de 360% de 2013 para 2014. Os dados que mostraram percentual de 0%, não divulgaram valor para determinado ano ou expressaram valor igual a 0.

4.2.10 Montividiu

O município de Montividiu no gráfico 8, apresenta-se o resultado das variáveis selecionadas através da metodologia aplicada. Observa-se que neste município não foi possível à coleta dos dados dos itens do ano de 2009, em decorrência deste ano não ter sido selecionado na metodologia da pesquisa, assim inviabilizando a variação média para o ano de 2010.

Gráfico 8: Resultados das variáveis no município de Montividiu.

Fonte: Elaborada pela Autora (2016).

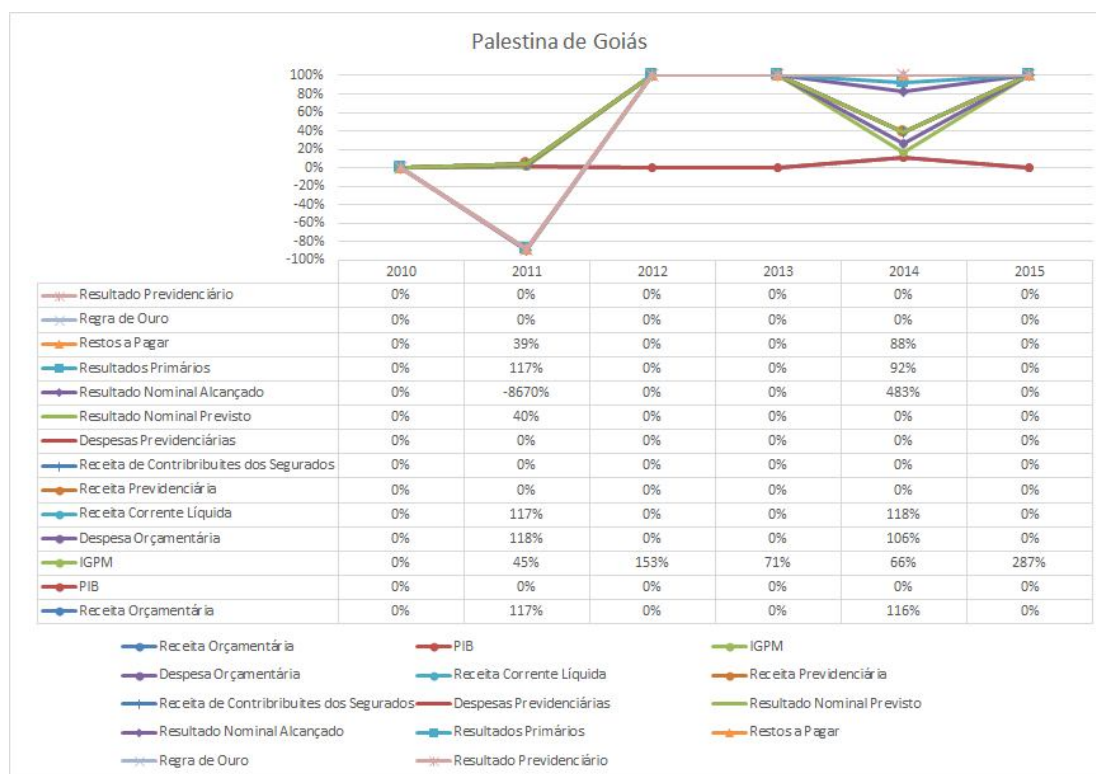
Em conformidade com gráfico 8, constatou-se que a Receita Orçamentária apontou seu maior percentual em 2011, sendo de 132% e o PIB de 130%. Em relação à Despesa Orçamentária pode-se ver um decréscimo ao longo dos anos analisados, chegando a 10% em 2014. Na Receita Corrente Líquida o ano de 2013 apresentou o menor o percentual na variação média, 81%. De uma forma geral a Receita Orçamentária acompanhou as variações do PIB.

Em todos os anos não se divulgou o Resultado Nominal Previsto, todavia o Resultado Nominal Alcançado foi publicado, apresentando em 2013 um resultado acima da média de 2.711%. O Resultado Primário exibiu resultado crescente de -1.814% em 2011 para 215% em 2014. O Restos a Pagar demonstrou variações muito extremadas de 3.055% a 10% nos anos analisados. Os dados que mostraram percentuais de 0%, não divulgaram valor para determinado ano ou expressaram valor igual a 0.

4.2.11 Palestina de Goiás

A cerca do município de Palestina de Goiás, no gráfico 9 apresenta-se o resultado das variáveis selecionadas através da metodologia aplicada. Não foi possível à coleta dos dados dos itens do ano de 2009, em razão deste ano não ter sido selecionado na metodologia da pesquisa, assim inviabilizando a variação média para o ano de 2010.

Gráfico 9: Resultados das variáveis no município de Palestina de Goiás.



Fonte: Elaborada pela Autora (2016).

Analisando O PIB, a Receita Orçamentária, a Despesa Orçamentária e a Receita Corrente Líquida foram lineares nos anos analisados. Em 2011 a Despesa Orçamentária foi somente 1% maior que Receita Orçamentária e a Receita Corrente Líquida e em 2014 a variação foi de 2% da Receita Orçamentária para a Receita Corrente Líquida e de 10% com comparação a Despesa Orçamentária.

O Resultado Nominal Alcançado apresentou um percentual de -8.360% em relação ao Resultado Nominal Previsto que foi de 40%, porém nos anos seguintes não foi divulgado números para desse quesito. No Resultado Primário ocorreu uma queda de 25% de 2011 para

2014. Os dados que mostraram percentuais de 0%, não divulgaram valor para determinado ano ou expressaram valor igual a 0.

4.2.12 Perolândia

O município não divulgou os dados sobre o período analisado.

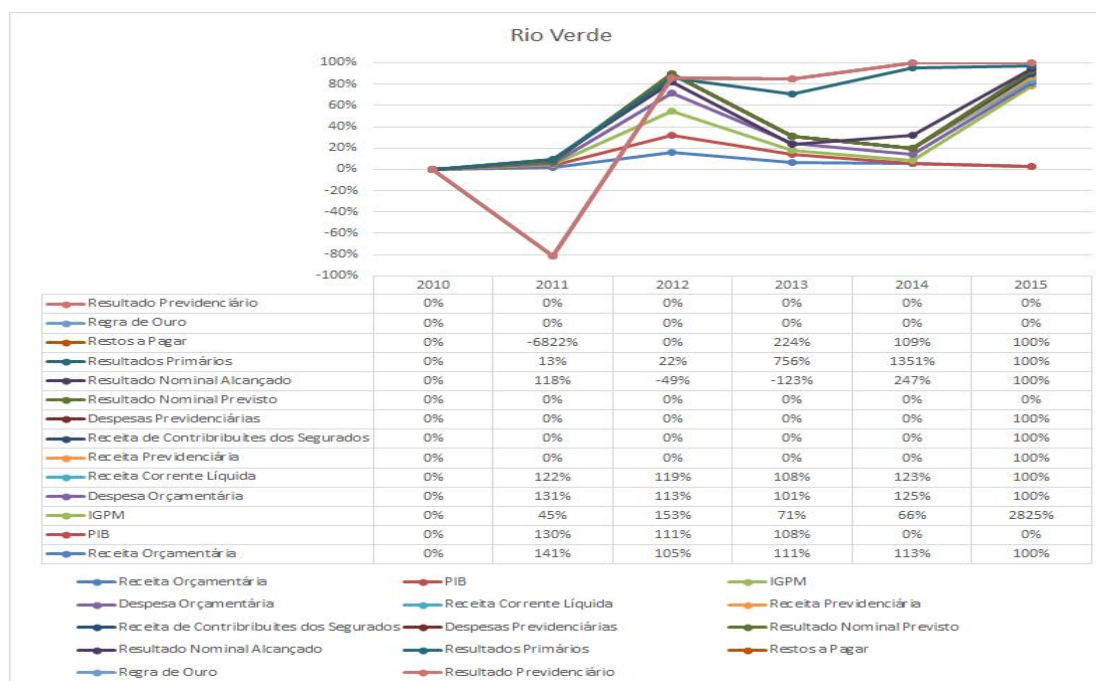
4.2.13 Portelândia

O município não divulgou os dados em relação ao período analisado.

4.2.14 Rio Verde

O município de Rio Verde, conforme gráfico 10, apresenta-se o resultado das variáveis selecionadas através da metodologia aplicada. Com vistas ao ano de 2009, neste município não foi possível à coleta dos dados dos itens, em razão de não ter sido selecionado na metodologia da pesquisa, assim inviabilizando a variação média para o ano de 2010.

Gráfico 10: Resultados das variáveis no município de Rio Verde.



Fonte: Elaborada pela Autora (2016).

Em análise ao gráfico do município de Rio Verde verifica-se que os anos de 2013 e 2012 foram os mais lineares na comparação aos percentuais da Receita Orçamentária, do PIB, do IGPM, da Despesa Orçamentária e da Receita Corrente Líquida. Em outra comparação com os mesmos quesitos citados anteriormente, a Despesa Orçamentária foi 10% inferior a Receita Orçamentária em 2011 e 12% superior em 2012.

O Resultado Nominal Previsto em todos os anos não foi estimado, contudo o Resultado Nominal Alcançado foi divulgado e mostrou que apesar do ano de 2012 ser de -49% e o ano de 2013 de -123%, o percentual subiu indo para 247%. O Resultado Primário demonstrou aumento de 2011 a 2014, saindo de 13% para 1.351%, o que representa um crescimento de 1.338%. Em destaque ao ano de 2012, o percentual do Restos a Pagar -6.822% foi o mais elevado. Os dados que mostraram percentuais de 0%, não divulgaram valor para determinado ano ou expressaram valor igual a 0. Nota-se que os dados de 2015, exceto o IGPM, foram divulgados iguais aos do ano anterior, assim gerou-se percentuais análogos a 100% na variação.

4.2.15 Santa Helena De Goiás

O município de Santa Helena de Goiás, no gráfico 11, apresenta-se o resultado das variáveis selecionadas através da metodologia aplicada. Lembra-se que neste município não foi possível à coleta dos dados dos itens do ano de 2009, devido a ano não ter sido selecionado na metodologia da pesquisa, assim inviabilizando a variação média para o ano de 2010. Nos anos de 2014 e 2015 não se concretizou a coleta dos dados, em decorrência da não disponibilidade das informações nos sites selecionados na metodologia.

Gráfico 11: Resultados das variáveis no município de Santa Helena de Goiás.

Fonte: Elaborada pela Autora (2016).

Em apreciação ao gráfico do município de Santa Helena de Goiás constata-se que o ano de 2012 ficou com percentual em 116% na Receita Orçamentária. Já o PIB de 2011 foi o maior com percentual de 123%. O ano 2012 foi o com percentuais mais lineares nos quesitos Receita Orçamentária, PIB, IGPM, Despesa Orçamentária e da Receita Corrente Líquida.

O Resultado Nominal Previsto em todos os anos não foi apontado, porém Resultado Nominal Alçando foi divulgado e sua maior variação em 2013 com percentual negativo de -4949%, o mesmo ocorreu no Resultado Primário com o menor percentual do período de -7073%. Em 2013 o percentual do Restos a Pagar 386% foi o mais elevado, e esse quesito só aumentou ao decorrer dos anos. Os dados que mostraram percentuais de 0%, não divulgaram valor para determinado ano ou expuseram valor igual a 0.

4.2.16 Santa Rita Do Araguaia

O município não divulgou os dados do período analisado.

4.2.17 Santo Antônio Da Barra

O município não divulgou os dados do período analisado.

4.2.18 Serranópolis

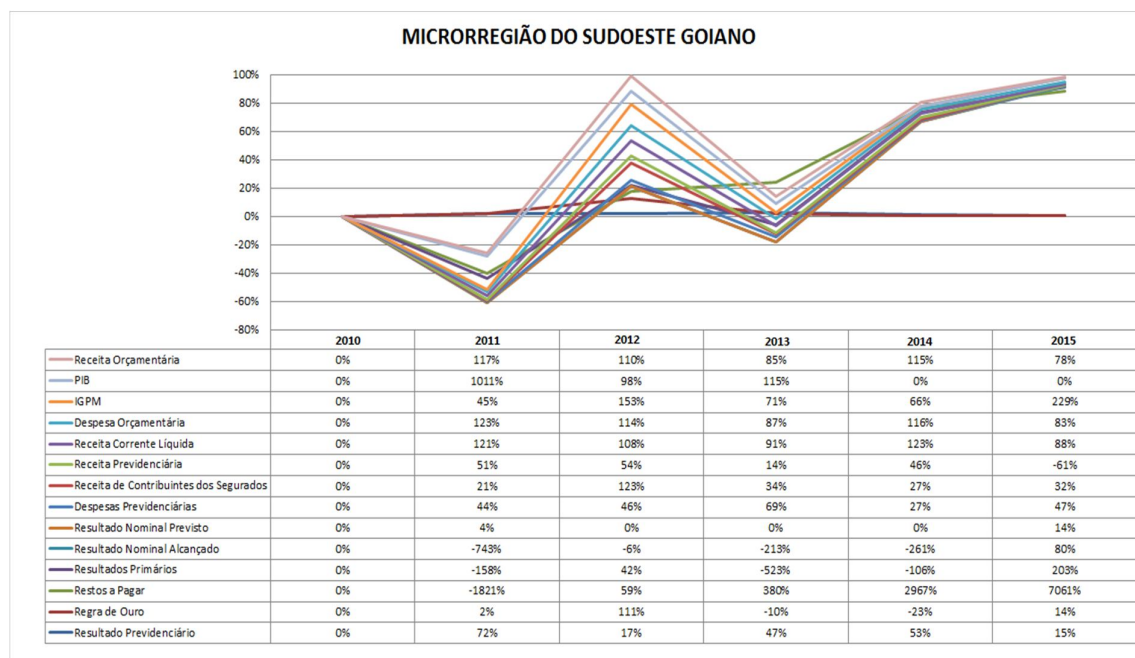
O município não divulgou os dados do período analisado.

4.3 MICRORREGIÃO DO SUDOESTE GOIANO

O gráfico 12, demonstra o resultado da Microrregião do Sudoeste Goiano pelas médias realizadas com variáveis da selecionadas através da metodologia aplicada, dos dados disponíveis em cada município, onde os resultados foram à média dos resultados obtidos em cada um desses municípios.

Ressalva-se que neste gráfico não foi possível à coleta dos dados dos itens do ano de 2009, em virtude deste ano não ter sido selecionado na metodologia da pesquisa, assim inviabilizando a variação média para o ano de 2010.

Gráfico 12: Resultados das variáveis na Microrregião do Sudoeste Goiano.



Fonte: Elaborada pela Autora (2016).

A Receita Orçamentária na microrregião do Sudoeste Goiano, no ano de 2011, com variação média do ano de 2010, mostrou um percentual de 117%, sendo a maior variação do período analisado. Em contraposto entre a Receita Orçamentária e o PIB, constata-se que o ano de 2011 apresentou os maiores percentuais, e o ano considerado mais estável, entre os valores dos itens, foi 2012. As variações das Despesas Orçamentárias, em todos os anos, exibiu percentuais superiores em comparação com a Receita Orçamentária.

A variação do PIB de 1.011% em 2011 mostrou maior percentual relação aos demais, porém não possível uma melhor análise temporal, pois não foram divulgados dados para dos anos 2010, 2014 e 2015. Comparando-se a Receita Orçamentária com o PIB, constata-se que o ano de 2011 apresentou os melhores percentuais, e como o ano mais equilibrado entre os valores dos itens, destaca-se o ano de 2012.

Em todos os anos a Despesa Orçamentária exibiu percentuais superiores a Receita Orçamentária, sendo 2014 o ano que apresentou menor diferença percentual 1%. Em relação à Receita Líquida Corrente, a Receita Orçamentária em 2012 atingiu 2% a menos. A Receita Líquida Corrente, em relação ao PIB, mostrou percentuais de variação média maiores nos anos de 2011 e 2013. E em relação ao IGMP nos anos 2013 e 2014 os percentuais de variação média foram maiores

Ao ponderar-se as implicações previdenciárias pode-se notar que a Receita Previdenciária dos municípios apresentou variações distintas, como 14% no ano de 2013 e -61% no ano de 2015. A maior variação média da Receita de Contribuintes e dos Segurados foi no de 2012 com percentual de arrecadação de 123%, mas no ano anterior a arrecadação caiu, consistindo em meramente 21%. Na Despesa Previdenciária o resultado do ano de 2013 foi de 69%, o maior do período analisado e no Resultado Previdenciário o maior resultado foi em 2011, 72%.

O Resultado Nominal Previsto foi divulgado somente nos 2011 e 2015 com percentuais diferentes de 0%, sendo 4% e 14% respectivamente. Em contrapartida o Resultado Nominal Alçando foi publicado pela maior parte dos municípios, exibindo-se em sua maioria percentuais negativos, como em 2011 de -743%.

O percentual do Resultado Primário consistiu em de -523% em 2013 e chegou em 2015 com o percentual positivo de 203%, já a Regra de Ouro revelou queda indo de 111% em 2012 para -23% em 2014, e no ano de 2015 saiu do percentual negativo chegando em 14% na variação média. Observa-se que o Restos a Pagar se apresentou de forma crescente ao longo

do período analisado saindo de -1.821% em 2011 para 7.061% em 2015 na variação média dos anos analisados.

Com vistas no Resultado Previdenciário no ano de 2011 e em comparação ao ano de 2010 mostrou seu maior percentual entre os demais anos, 72%, seguido de 2014 com 53% e 2013 com 47% de variação média.

Para efeitos de comparação dos resultados, elaborou-se o quadro 3, que demonstra as variáveis estudadas com seus respectivos resultados.

Quadro 3: Resultado Obtido na microrregião Sudoeste Goiano

Anexos da Lei de Responsabilidade Fiscal	Análise realizada	Resultado Obtido na microrregião Sudoeste Goiano
Anexo I – Balanço orçamentário	Quanto a Receita Orçamentária dos municípios será feito um comparativo com a variação do PIB com o Índice Geral de Preço do Mercado (IGPM) e a Despesa Orçamentária.	A Receita Orçamentária no ano de 2011, em variação média com o ano de 2010, mostrou um percentual de 117%, sendo o maior resultado. Fazendo uma comparação entre a Receita Orçamentária e o PIB nota-se que o ano de 2011 apresentou os maiores percentuais, e o ano mais estável entre os valores dos itens foi 2012. Em todos os anos, a Despesa Orçamentária exibiu percentuais superiores em relação a Receita Orçamentária.
Anexo III - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida	Evolução da Receita Líquida Corrente confrontando-a com o crescimento, do IGPM, do PIB brasileiro.	A Receita Corrente Líquida, em relação a PIB, mostrou percentuais de variação média maiores nos anos de 2011 e 2013. E em relação ao IGPM nos anos 2013 e 2014 os percentuais de variação média foram maiores.
Anexo V - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Geral de Previdência Social	Evolução das Receitas e de Contribuições dos Servidores frente às despesas previdenciárias com o objetivo de evidenciar déficits ou superávits previdenciários, bem como o resultado previdenciário.	Nota-se que a Receita Previdenciária dos municípios apresentou variações distintas, como 14% no ano de 2013 e -61% no ano de 2015. A maior variação média da Receita de Contribuintes e dos Segurados foi no de 2012 com percentual de arrecadação de 123%, mas no ano anterior a arrecadação caiu, consistindo em meramente 21%. Na Despesa Previdenciária o resultado do ano de 2013 foi de 69%, o maior do período analisado e no Resultado Previdenciário o maior resultado foi em 2011, 72%.
Anexo VI - Demonstrativo do Resultado Nominal	Uma relação entre o Resultado Nominal previsto no anexo de metas fiscais e o Resultado Nominal alcançado no período em análise.	O Resultado Nominal Previsto foi divulgado somente nos 2011 e 2015 com percentuais diferentes de 0%, sendo 4% e 14% respectivamente. Em contra partida o Resultado Nominal Alçado foi publicado pela maior parte dos municípios, exibindo na maioria percentuais negativos, como em 2011 a variação média de -743%.
Anexo VII - Demonstrativo do Resultado Primário	Evolução do Resultado Primário frente à meta estabelecida no anexo de metas fiscais no período em análise.	O percentual do Resultado Primário consistiu em -523% em 2013 e chegou em 2015 com o percentual positivo de 203% na variação média dos anos analisados.
Anexo IX - Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão	Evolução dos Resultados a Pagar por Poder e Órgão no período em análise.	Observa-se que o Restos a Pagar se apresentou de forma crescente ao longo do período analisado saindo de -1.821% em 2011 para 7.061% em 2015 na variação média.
Anexo XI – Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesa de Capital	Evolução das Receitas de Operações de Crédito e das Despesas de Capital Líquida para evidenciar o cumprimento da Regra de Ouro no período.	A Regra de Ouro revelou queda indo de 111% em 2012 para -23% em 2014, e no ano de 2015 saiu do percentual negativo chegando em 14% na variação média.
Anexo XIII - Demonstrativo de Evidenciação do Cumprimento da Regra de Ouro	A tendência do Resultado Previdenciário a fim de verificar possível desequilíbrio atuarial futuro.	A Regra de Ouro revelou queda indo de 111% em 2012 para -23% em 2014, e no ano de 2015 saiu do percentual negativo chegando em 14% na variação média. O Resultado Previdenciário no ano de 2011 em comparação ao ano de 2010 mostrou seu maior percentual entre os demais anos, 72%, seguido de 2014 com 53% e 2013 com 47%.
Anexo XIV - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores	A tendência do Resultado Previdenciário a fim de verificar possível desequilíbrio atuarial futuro.	O Resultado Previdenciário no ano de 2011 em comparação ao ano de 2010 mostrou seu maior percentual entre os demais anos, 72%, seguido de 2014 com 53% e 2013 com 47% de variação média.

Fonte: Elaborada pela Autora (2016).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo geral analisar os relatórios resumidos de execução orçamentária dos municípios constantes na microrregião do Sudoeste Goiano, para tal foram analisados 18 municípios integrantes da microrregião.

A análise dos dados extraídos dos nove relatórios que compõem o Relatório Resumindo da Execução Orçamentária nos anos de 2010 a 2015, apresentou um resultado bem diversificado para a Microrregião do Sudoeste Goiano, sendo que os principais resultados foram:

- A Receita Orçamentária e o PIB apresentaram os maiores percentuais no ano de 2011, em variação média com o ano de 2010, 117% e 1011%, respectivamente;
- A Despesa Orçamentária, em todos os anos, exibiu percentuais superiores em relação à Receita Orçamentária;
- A Receita Correte Líquida, em relação ao PIB e ao IGPM, apresentou percentuais de variação média, sendo mais estáveis e maiores no ano de 2012, 108%, 98% e 158%;
- A Receita Previdenciária dos municípios apresentou variações distintas, como 14% no ano de 2013 e -61% no ano de 2015;
- A maior variação média da Receita de Contribuintes e dos Segurados ocorreu no de 2012 com percentual de arrecadação de 123%, e no ano anterior a arrecadação baixou para 21%;
- Na Despesa Previdenciária o resultado do ano de 2013 foi de 69%, o maior do período analisado e no Resultado Previdenciário o maior resultado foi em 2011, 72%;
- O Resultado Nominal Previsto foi divulgado somente nos 2011 e 2015 com percentuais diferentes de 0%, sendo 4% e 14% respectivamente;
- O Resultado Nominal Alçando foi publicado pela maior parte dos municípios, exibindo na maioria percentuais negativos, como em 2011 a variação média de -743%;
- O percentual do Resultado Primário consistiu em -523% em 2013 e alcançou em 2015 com o percentual positivo de 203% na variação média dos anos analisados;
- O Restos a Pagar se apresentou de forma crescente ao longo do período analisado saindo de -1.821% em 2011 para 7.061% em 2015 na variação média;

- A Regra de Ouro revelou queda indo de 111% em 2012 para -23% em 2014, e no ano de 2015 deslocou-se do percentual negativo chegando a 14% na variação média;
- O Resultado Previdenciário no ano de 2011 em comparação ao ano de 2010 mostrou seu maior percentual entre os demais anos, 72%, seguido de 2014 com 53% e 2013 com 47%.

Portanto, conclui-se que a análise realizada na Microrregião do Sudoeste Goiano apontou os maiores e menores percentuais na variação média ao longo dos anos de 2010 a 2015, bem como a evolução dos quesitos que compõem os nove relatórios selecionados do Relatório Resumindo da Execução Orçamentária e em comparação entre os mesmos.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, A. L. A lei de responsabilidade fiscal e seus reflexos na contabilidade pública. *RBDGP – Revista Brasileira de Direito e Gestão Pública*, Paraíba: Pombal, v. 1, n. 1, p. 56-61, jan./mar. 2013. Disponível em: <<http://www.gvaa.com.br/revista/index.php/RDGP/article/view/2106/1614>>. Acesso em 11 mar. 2016.

AUGUSTO, J. *As funções modernas de governo*. 2011. Disponível em: <<http://jorgeaugustoac.blogspot.com.br/2011/05/as-funcoes-modernas-de-governo.html>>. Acesso em: 03 mai. 2016.

BRASIL. *Constituição de 1988*. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 15 abr. 2016.

_____. *Lei Complementar n° 101*, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 05 maio de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm>. Acesso em: 12 abr. 2016.

_____. *Lei n° 4.320*, de 17 de Março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4320.htm>. Acesso em: 15 abr. 2016.

_____. *Lei n° 4.320/64*, de 17 de março de 1964. Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Legislativo, Brasília, DF, 23 de março de 1964, Seção 1, p. 2745. Retificação Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Legislativo, Brasília, DF, 9 de abril de 1964, p. 3195. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4320.htm>. Acesso em: 30 abr. 2016.

_____. Secretaria do Tesouro Nacional. *Manual de demonstrativos fiscais: aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios: relatório resumido da execução orçamentária*, Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional. 2. ed. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, Coordenação-Geral de Contabilidade, 2009. 254p. Disponível em: <http://www3.tesouro.gov.br/legislacao/download/contabilidade/MDF_VolumeII_2edicao.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2016.

CALADO, E. *Coletânea de conceitos básicos de finanças públicas para utilização na aplicação de recursos orçamentários nos projetos de extensão*. Universidade Federal do Amazonas - UFAM, Pró-Reitoria de Extensão e Interiorização, PROEXTI, Departamento de Articulação e Planejamento de Extensão, ago. 2012. Disponível em: <http://200.129.163.13/portais/anexos/proexti_upload/wp-content/uploads/2013/10/Colet%C3%A2nea-de-Conceitos-B%C3%A1sicos-de-Finan%C3%A7as-P%C3%ABlicas.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2016.

CFC – Conselho Federal de Contabilidade. *Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público*. Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, 6. ed., 2014. Disponível em: <http://www.orcamentofederal.gov.br/biblioteca/arquivos-mcasp/mcasp_6edicao.pdf> Acesso em: 29 abr. 2016.

_____. *Normas brasileiras de contabilidade: contabilidade aplicada ao setor público - NBC's T 16.1 a 16.11/ Conselho Federal de Contabilidade*. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2012. Disponível em: <http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/Setor_P%C3%BAblico.pdf> Acesso em: 21 abr. 2016.

_____. *Resolução CFC nº 1.128*, de 21 de novembro de 2008. Aprova a NBC T 16.1 - Conceituação, Objeto e Campo de Aplicação. Diário Oficial da União, Brasília, de 25 de novembro de 2008. Disponível em: <http://www.normaslegais.com.br/legislacao/resolucao/cfc/1128_2008.htm>. Acesso em: 11 mar. 2016.

COSTA, Carlos Eduardo de Mira; JÚNIOR, Antônio Gil da Costa. A lei de responsabilidade fiscal como instrumento gerencial para a administração pública. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XVII, n. 121, fev 2014. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=14483>. Acesso em out 2016.

GIAMBIAGI, F.; ALÉM, A. C. *Finanças públicas: teoria e prática no Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2008.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GORGA, I.; BERGAMASCO, J. L. *Entendendo a Lei de Responsabilidade Fiscal*. Observatório da Gestão Pública, 2011. Disponível em: <<http://www.igepri.org/observatorio/?p=4826>>. Acesso em: 14 mar. 2016.

IBGE. *Resolução da Presidência (PR) Nº 11*, de 5 de junho de 1990
<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/areaterritorial/resolucao.shtm> Acesso em: 10 de outubro de 2016.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS. *Observatório do Mundo do Trabalho: Estudos Microrregionais*. Goiânia, 2014. Disponível em: <http://www.ifg.edu.br/observatorio/images/downloads/estudos/microrregiao_sudoeste_d_e_goias.pdf>. Acesso em: 10 de outubro de 2016.

JUSTI, J.; VIEIRA, T. P. *Manual para padronização de trabalhos de graduação e pós graduação lato sensu e stricto sensu*. Rio Verde: Ed. UniRV, 2016.

KATAOKA, Verônica Yumi ; SILVA, C. B. ; CAZORLA, I.M. . Passeios Aleatórios da Carlinha: uma sequência de ensino de probabilidade. *Quadrante (Lisboa)*, v. 23, p. 23-46, 2014. Disponível em: <<http://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/iermac/anais/minicursos/mc2.pdf>> Acessado em: 10 de fevereiro de 2017.

KOHAMA, H. *Contabilidade pública: da teoria à prática*. 14 ed. São Paulo: Atlas, 2014.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. Disponível em: <https://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india>. Acesso em: 19 mar. 2016.

NASCIMENTO, E. R. *Gestão Pública*. São Paulo: Editora Saraiva, 2006.

OLIVEIRA NETTO, A. A. *Metodologia da pesquisa científica: guia prático para apresentação de trabalhos acadêmicos*. 3. ed. Florianópolis: Visual Books, 2008.

RESENDE, L. S.; VALE, C. R.; MELO, M. P. S.; SILVA, F. B.; CARVALHO, K. W. Transparência na Gestão Pública: um Estudo sobre a Publicação do RREO e RGF dos Municípios da Microrregião São João del Rei à Luz da LRF. In: *XI Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia - SEGeT*, out. 2014. Disponível em: <<http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos14/19920257.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2016.

RICHARDSON, Roberto Jarry e Colaboradores. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo, Atlas, 1999.

SILVA, C. J. M. *Custos no setor público: análise dos artigos sobre o tema custos no setor público apresentados no congresso brasileiro de custos*. 67f. Monografia (Especialização em Controladoria) – Departamento de Contabilidade, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 2011. Disponível em: <<http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/33849/CRISTINA%20DE%20JESUS%20MARTINS%20SILVA.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*. 4. ed. rev. atual. Florianópolis: UFSC, 2005. 138 p. Disponível em: <https://projetos.inf.ufsc.br/arquivos/Metodologia_de_pesquisa_e_elaboracao_de_teses_e_dissertacoes_4ed.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2016.

SLOMSKI, V. *Manual de Contabilidade pública: de acordo com as normas internacionais de contabilidade aplicada ao setor público (IPSASB/IFAC/CFC)*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

VERÍSSIMO, Dijonilson Paulo Amaral. O princípio da transparência como um dos alicerces da Lei de Responsabilidade Fiscal. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XV, n. 107, dez 2012. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=12508&revista_caderno=26>. Acesso em out 2016.